



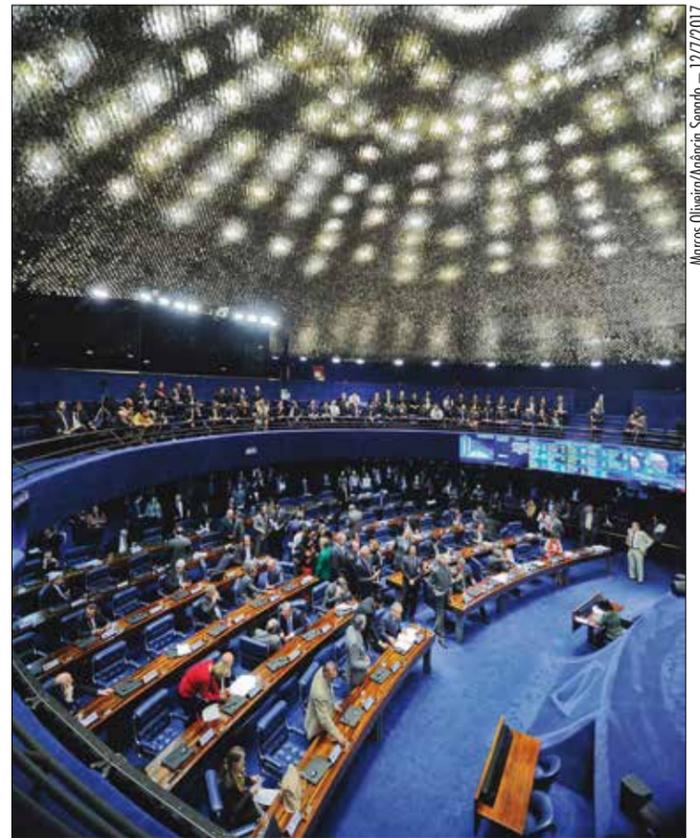
## Plenário pode votar polícias penais e regras para o Uber

Proposta que transforma agentes penitenciários em policiais está na pauta da semana e regulamentação dos serviços de transporte por aplicativos também pode ir a votação

O Plenário do Senado pode votar amanhã, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição que cria as polícias penais federal, estaduais e distrital. O texto insere os agentes penitenciários na carreira policial, atribuindo a eles a função de fazer a segurança dos estabelecimentos penais. A proposta, que vai a votação em segundo turno, abre a pauta da semana. Outro projeto na ordem do dia cria um fundo nacional de segurança pública.

Os senadores também podem votar urgência para o projeto que regulamenta os serviços de transporte que usam aplicativos, como Uber e Cabify. Primeiro o texto deverá ser discutido na Comissão de Ciência e Tecnologia, amanhã. Se não houver consenso, seguirá para o Plenário.

O Congresso também se reúne amanhã, às 19h, para analisar seis vetos presidenciais e créditos orçamentários para ministérios e órgãos públicos. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado — 12/7/2017

Plenário deve concluir a votação da proposta que institui as polícias penais

**Cultura turca é tema de palestras e mostra de fotos **2****

**Colegiado analisa situação do Incra e reforma agrária **2****

**Taxa de combustível de avião está na pauta de comissão **3****

**Senado e Câmara assinam ato para integrar dados **2****

**Hidrovia dos Rios Paraguai e Paraná é tema de debate **3****



Genaldino Magela/Agência Senado — 17/8/2017

Hélio José apresentará o documento à comissão presidida por Paulo Paim

### Relatório da CPI da Previdência deve ser apresentado hoje

Após ouvir mais de 140 pessoas em 26 audiências públicas sobre situação e perspectivas do sistema previdenciário

brasileiro, a CPI da Previdência recebe hoje parecer de Hélio José. O trabalho da comissão termina no dia 6. **3**

### CPI dos Maus-Tratos faz audiência sobre mostra que teve artista nu

A CPI dos Maus-Tratos faz audiências públicas em São Paulo hoje e amanhã. Os senadores vão ouvir esclare-

cimentos sobre a interação de uma criança com um artista nu em uma exposição no Museu de Arte Moderna. **4**



Pedro Franco/Agência Senado — 21/9/2017

O relator da CPI, José Medeiros, e o presidente do colegiado, Magno Malta

### Parlamentares discutem no Rio mudança na Lei Kandir

Audiência pública da Comissão Mista Especial da Lei Kandir será hoje na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O objetivo é debater com várias autoridades do estado e com entidades fluminenses sobre as mudanças em estudo e seu impacto sobre os cofres estaduais. O Rio de Janeiro atravessa séria crise fiscal, com atraso no salário dos servidores e incapacidade para investir. **4**



Manoel Nogueira/Agência Senado — 5/10/2014

Outras normas só serão aplicadas, gradativamente, a partir de 2019 e 2020

### Novas regras mudarão a vida dos eleitores já no ano que vem

O teto de gastos, a menor duração das campanhas, a proibição de anúncio pago na internet e o limite para

doações por pessoas físicas são algumas das novidades aprovadas pelo Congresso que já valerão para 2018. **4**

### Professor pode ter desconto ao comprar livros

Livros, periódicos e materiais didáticos para educadores do ensino fundamental ao superior das redes pública e privada relacionados à correspondente área de atuação do

profissional poderão ter desconto de 20%, determina projeto em análise na Comissão de Educação. O texto tem o voto favorável de Cristovam Buarque. **3**



Melissa Hatador/Livraria Cultura

Livrarias deverão dar descontos também a educadores que atuam em planejamento, administração e supervisão

# Senado e Câmara fazem acordo para integrar dados

Ato assinado entre os secretários-gerais das duas Casas vai permitir mais transparência e facilidade aos usuários, como localizar projetos com nova numeração quando passam de uma Casa para a outra

O SECRETÁRIO-GERAL DA Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira, e o secretário-geral da Mesa da Câmara dos Deputados, Wagner Soares Padilha, assinaram na quinta-feira ato que prevê padronizar procedimentos legislativos e compartilhar informações e serviços entre as duas Casas.

Bandeira afirmou que o principal objetivo do ato é buscar a integração dos sistemas das duas Casas para garantir ao usuário mais facilidade na busca de informações, como na pesquisa da tramitação de projetos de lei.

— O problema mais evidente que nós temos é quando o projeto de lei sai de uma Casa para outra. Como a numeração muda, há grande dificuldade para localizar a matéria e acompanhar a sua tramitação. A ideia é possibilitar ao usuário, que utiliza o site de uma Casa, chegar rapidamente à mesma matéria na outra Casa.

Ele citou como exemplo de integração o novo Portal do



Bandeira (4º à esq.) conversa com Padilha durante reunião sobre acordo

Congresso Nacional, lançado no último dia 5.

— A ideia é que possamos ter algo parecido nos demais projetos, que tenham apreciação nas duas Casas — acrescentou.

## Transparência

Padilha destacou que a co-operação também garantirá mais transparência.

— O usuário poderá acompanhar tudo do início ao fim. Hoje há certa dificuldade para encontrar as matérias que foram para outra Casa. A partir de agora, isso vai acabar.

O ato também cria um grupo

de trabalho, formado por servidores das duas instituições, com a missão de padronizar procedimentos legislativos, identificar oportunidades de integração de procedimentos, sistemas e soluções de informações, bem como de compartilhar padrões e tecnologias de informação para facilitar o intercâmbio de informações. O ato deve ser publicado nos próximos dias no *Boletim Administrativo do Senado Federal*. Em setembro, foi assinado ato conjunto que prevê o compartilhamento de serviços entre as duas Casas.

## Senado sedia conferência e mostra de fotografias sobre cultura turca

A partir de hoje, o Senado sediará eventos que mostram a herança cultural dos povos turcos. Estão programadas palestras, exposição fotográfica e apresentação musical.

A ação, apoiada pelo senador Cristovam Buarque (PPS-DF), presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão, visa promover e disseminar os valores e tradições dos povos turcos.

A programação — que começa com a conferência Cultura, História e Tradições Turcas e Latino-Americanas: uma abordagem científica continental e regional — é promovida pelas embaixadas de Azerbaijão, Cazaquistão e Turquia, em parceria com o

Senado. Apoiam a iniciativa a Fundação Internacional de Cultura e Patrimônio Turco e a Organização Internacional de Cultura Turca. As palestras ocorrem hoje, das 9h30 às 14h, no Auditório do Interlegis.

Cristovam fará a abertura da conferência. Entre os palestrantes, está a presidente da Fundação Internacional da Cultura e Patrimônio Turco, Gunay Efendiyeva.

Também hoje, às 14h, será inaugurada a exposição fotográfica *Um Pedaco da Herança Turca no Brasil*, no Anexo I do Senado. Haverá ainda uma apresentação musical do Grupo Turksoy, composto por artistas de Azerbaijão, Cazaquistão e Turquia.

## Reforma agrária e situação do Incra serão discutidos em audiência amanhã

A Comissão de Direitos Humanos fará audiência amanhã, às 9h, sobre agricultura familiar, reforma agrária, corte orçamentário e a situação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O pedido é de Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados o deputado federal João Daniel (PT-SE), o economista do Incra Gustavo Souto Noronha e o perito federal agrário Márcio Rodrigo Alécio, entre outros. A audiência será interativa, por meio do Portal e-Cidadania.

Veja ao lado como acompanhar a audiência e participar do debate

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### SEGUNDA

**CPI DA PREVIDÊNCIA Relatório**  
9h Apresentação do relatório final.

**CPI DOS MAUS-TRATOS Debate em SP**  
9h30 Audiência pública em São Paulo com membros do Judiciário e do MP.

**LEI KANDIR Impacto no RJ**  
10h Seminário no Rio sobre o impacto da lei na situação fiscal do estado.

**PLENÁRIO Sessão não deliberativa**  
14h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

**CRE/GRUPO BRA-ARG Hidrovia**  
18h Audiência conjunta para debater a hidrovia dos Rios Paraguai e Paraná.

**CDH Agricultura familiar e Incra**  
9h Audiência sobre agricultura familiar, a reforma agrária e a situação do Incra.

**CI Recarga para veículo elétrico**  
9h Na pauta de 18 itens, o PLC 65/2014, que obriga pontos de recarga para veículos elétricos em vias públicas.

**CPI DOS MAUS-TRATOS Exposição**  
9h30 Audiência em São Paulo para depoimentos, como o do curador e o do artista da exposição “35º Panorama da Arte Brasileira — Brasil por multiplicação”.

**CAE Sistema Tributário Nacional**  
10h Análise do relatório de avaliação do Sistema Tributário Nacional. Depois, pauta de 10 itens.

**CCJ Redução da maioria penal**  
10h Audiência interativa sobre a redução da maioria penal.

**CSE Privatização da energia**  
10h Audiência sobre privatizações do setor elétrico.

**CRA Emissão de licença para pesca**  
11h Audiência interativa sobre a regulação das emissões de licença para pesca.

**MP 789/2017 Royalties da mineração**  
11h Análise de relatório.

**CE Desconto para professor**  
11h30 Entre 16 itens, o PLC 54/2017, que dá desconto a professor em livros.

**CMA Uso de recursos hídricos**  
11h30 O PLS 162/2015, que incentiva o uso integrado dos recursos hídricos na aquicultura, é um dos 10 itens.

**CAS Programa Mais Médicos**  
14h Audiência interativa sobre o Programa Mais Médicos.

**CCT Regulamentação do Uber**  
14h Análise de projetos sobre o Uber.

**MP 791/2017 Agência de mineração**  
14h Análise de relatório.

**CPMI DA JBS Depoimento**  
14h05 Ex-presidente da Caixa Jorge Hereda.

**CMMC Brasil na COP-23**  
14h30 Audiência interativa sobre a participação do Brasil na COP-23.

**MP 790/2017 Mineração**  
15h Análise de relatório.

**CONGRESSO Sessão conjunta**  
19h Vetos e créditos suplementares.

**CCT Fuga de capital humano**  
8h30 Audiência interativa sobre a fuga de capital humano do Brasil e oportunidades de “circulação de cérebros”.

**CDR Poços artesanais**  
9h Entre 8 itens, o PLC 111/2015, sobre poços artesanais em cidades do semiárido.

**CPMI DA JBS Depoimento**  
9h Ex-diretor de Relações Institucionais do grupo J&F, Ricardo Saud.

**CCJ Sabatina para o CNJ**  
10h Sabatina de Francisco Luciano de Azevedo Frota para compor o Conselho Nacional de Justiça. Depois, pauta com 39 itens.

**CE/CAS/CDH Primeira infância**  
10h Audiência pública interativa conjunta sobre o tema “Acolher, cuidar e educar na primeira infância”. O debate faz parte da programação da 10ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz.

**MP 788/2017 Restituição de valores**  
14h30 Análise de relatório.

**CAS Prograamais Médicos**  
9h Audiência interativa para avaliação do Programa Mais Médicos.

**PAUTA FEMININA Saúde da mulher**  
10h Debate com o tema *Conferência Nacional de Saúde da Mulher — resultados e desafios*.

**CDR Importância do Fundeb**  
15h O ciclo de debates sobre a importância do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para o desenvolvimento regional chega a Porto Alegre.

**DESBUROCRATIZAÇÃO Cartórios**  
15h Audiência interativa sobre abertura e fechamento de empresas, concorrência entre cartórios e concessão de patentes.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>  
• **Alô Senado:** 0800 612211  
• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)  
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)  
• **TV:** [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burlé  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Plenário analisa criação de polícia penal e regra do Uber

Proposta que insere os agentes penitenciários na carreira policial está pronta para votação em segundo turno. Outra proposta em pauta nesta semana é a que cria um fundo nacional de segurança pública

O PRIMEIRO ITEM da pauta do Plenário do Senado nesta semana é a votação em segundo turno da proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria as polícias penais federal, estaduais e distrital. Pelo texto, os agentes penitenciários passam a ter os mesmos direitos da carreira policial. Se aprovada, a PEC 14/2016 seguirá para a Câmara dos Deputados.

A proposta, de autoria de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), acrescenta essas polícias ao rol dos órgãos do sistema de segurança pública e determina como sua competência a segurança dos estabelecimentos penais e a escolta de presos. Para o senador, além de igualar os direitos de agentes penitenciários e policiais, a intenção é liberar as polícias civis e militares das atividades de guarda e escolta de presos.

O texto foi aprovado com alterações feitas pelo relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Hélio José (Pros-DF). Entre as mudanças, está a troca da expressão “polícia penitenciária” para “polícia penal”. Na avaliação do senador, a expressão anterior limitaria seu âmbito às penitenciárias e seria incompatível com a fiscalização do cumprimento da pena nos casos de liberdade condicional ou penas alternativas.

Outro item da pauta é a PEC 24/2012, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. O objetivo do fundo é financiar ações de aparelhamento, capacitação e integração das forças policiais dos estados. A proposta está pronta para a votação em primeiro turno.

O texto transfere para o fundo dois tributos pagos pelas indústrias de armas e material bélico: o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), recolhido pela União, e o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado por estados e Distrito Federal. O fundo é formado ainda pelo Imposto sobre Serviços (ISS) pago pelas empresas de segurança privada aos municípios.

## Transporte

Também pode ser votada urgência para a tramitação do projeto de lei da Câmara sobre a regulamentação dos serviços de transporte que usam aplicativos, como Uber e Cabify (PLC 28/2017). Por decisão dos líderes partidários, a proposta será discutida antes em sessão extraordinária na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), amanhã. Caso não haja con-

senso, o projeto seguirá para o Plenário no mesmo dia.

Os senadores procuram um entendimento sobre a necessidade de regulamentação dos serviços com aplicativo sem prejuízo para os táxis e mototáxis. O relator do texto na CCT, Pedro Chaves (PSC-MS), apresentou um substitutivo ao projeto reunindo partes de outras duas propostas (PLS 530/2015 e PLS 726/2015) que tratam do mesmo tema.

O novo texto garante a livre concorrência e a liberdade de preços e não exige que esses aplicativos tenham autorização concedida pelo poder público, para evitar excessiva burocratização.

Os veículos deverão estar com impostos e multas de trânsito em dia e possuir seguro para acidentes pessoais com passageiros. Os aplicativos não poderão contratar motoristas com antecedentes criminais.

## Congresso deve votar amanhã vetos presidenciais e créditos orçamentários

O Congresso também terá sessão amanhã, às 19h, para votar seis vetos presidenciais, sendo cinco parciais e um total, além de créditos orçamentários a ministérios e órgãos públicos.

Entre os vetos, está o que rejeita artigos de projeto do Senado que permite aos estados e ao Distrito Federal decidir sobre a remissão dos créditos tributários (PLS 130/2014). Outro veto anula pontos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 (PLN 1/2017). Também deve ser

avaliado um veto parcial que torna sem efeito artigos da medida provisória que transforma a Autoridade Pública Olímpica na Autoridade de Governança do Legado Olímpico (MP 771/2017).

A pauta traz ainda 13 projetos de lei que autorizam créditos orçamentários para órgãos públicos, como o PLN 29/2017, que libera crédito suplementar de R\$ 288,4 milhões para os Ministérios da Agricultura, da Educação, da Justiça e da Saúde, entre outros.

## Hidrovia dos Rios Paraguai e Paraná é tema de debate

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) promove hoje audiência conjunta com o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, para elaborar diagnóstico, identificar gargalos e discutir soluções para a viabilidade da hidrovia dos Rios Paraguai e Paraná. O debate é uma iniciativa conjunta da CRE e da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

Foram convidados o embaixador da Argentina, Carlos Margariños; o coordenador de Projetos na Universidade Federal do Paraná, Eduardo Rattón; o diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de

Transportes, Erick Moura de Medeiros; o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Adalberto Tokarski; o presidente da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agromercado, Edeon Vaz Ferreira; o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, Marcelo Cruz; e o consultor legislativo do Senado Tarciso Dal Maso Jardim.

O requerimento para a audiência é do presidente da CRE, Fernando Collor (PTC-AL). O senador destaca a superação de entraves no uso hidroviário dos dois rios como uma das prioridades do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina.

A hidrovia entre Cáceres (MT) e Nueva Palmira (Uruguai) tem potencial para escoar commodities e minérios. Ela deverá percorrer 3,4 mil quilômetros em cinco países (Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai), num território ocupado por cerca de 25 milhões de pessoas.

Collor lembra também que, embora a hidrovia seja usada para o transporte de 7 milhões de toneladas por ano, por falta de racionalidade não é aproveitada para importação, o que deixa as barcaças voltarem vazias.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate



Hélio José entregará parecer à comissão, que fez 26 audiências

## CPI da Previdência recebe hoje o relatório sobre as investigações

O senador Hélio José (Pros-DF) vai apresentar hoje, em reunião marcada para as 9h, seu relatório sobre os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência.

A comissão foi instalada no fim de abril e o prazo de funcionamento termina em 6 de novembro.

Até agora, a CPI promoveu 26 audiências públicas sobre a atual situação e as perspectivas do sistema previdenciário

brasileiro.

Mais de 140 pessoas foram ouvidas e participaram dos debates, como representantes de órgãos governamentais, sindicatos, associações e empresas, além de membros do Ministério Público e da Justiça do Trabalho, deputados, auditores, especialistas, professores e outros.

A comissão é presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e é formada por seis senadores titulares e cinco suplentes.

## Colegiado avalia teto de imposto sobre combustível de aviação

A Comissão de Infraestrutura (CI) pode analisar amanhã o relatório de Telmário Mota (PTB-RR) ao projeto de resolução do Senado que fixa em 12% a alíquota máxima do ICMS sobre o combustível de aviação para as empresas de transporte aéreo regular e não regular (PRS 55/2015).

O combustível é o item que mais pesa nos custos das companhias e hoje essa alíquota varia entre 12% e 25%, dependendo do estado.

Telmário afirma que a unificação da alíquota torna

possível a prática de preços mais acessíveis, beneficiando os consumidores.

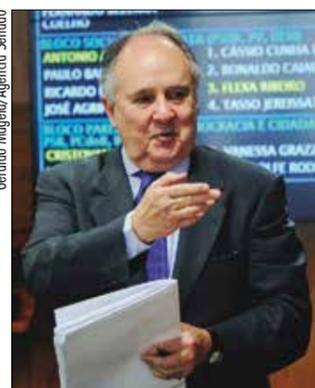
O senador acatou emenda de Vicentinho Alves (PR-TO) e incluiu o querosene usado por companhias aéreas. Vicentinho, que é piloto, lembra que, embora o combustível de aviação represente uma fração muito baixa do consumo no país (0,1%), a maior parte da integração do território nacional, em especial na Amazônia, depende do consumo desse combustível.

## Desconto para educadores em livros está na pauta de comissão

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) pode votar amanhã o projeto de lei da Câmara que garante aos professores desconto mínimo de 20% em livros, periódicos e materiais didáticos relacionados à correspondente área de atuação do profissional (PLC 54/2017).

A proposta contempla os profissionais com funções de docência e planejamento, administração, supervisão, orientação e inspeção educacionais, que deverão estar em efetivo exercício nas redes públicas e particulares de educação. Do deputado Marcos Abrão (PPS-GO), a proposta tem o voto favorável de Cristovam Buarque (PPS-DF).

“Os profissionais do magistério ocupam, naturalmente, papel central no processo educativo desenvolvido nas escolas. Portanto, qualquer ação que vise à melhoria da qualidade do ensino deve envolver aspectos relacionados à formação inicial e qualificação continuada desses profissionais”, observa o senador, no relatório.



Senador Cristovam Buarque já deu voto favorável à proposta

# Novas regras para eleitores e partidos começam a valer

Uma emenda constitucional e uma lei ordinária trarão mudanças como o fim das coligações, teto de gastos e menor duração para as campanhas eleitorais e restrição no acesso ao Fundo Partidário

FORAM MESES DE debates que resultaram em duas proposições aprovadas pelo Senado na primeira semana de outubro. Entre os senadores, há quem se recuse a classificá-las de reforma política. Mas o fato é que a Emenda Constitucional 97 e a Lei 13.488/2017 vão promover uma série de alterações nas regras eleitorais, impactando diretamente a vida dos cidadãos brasileiros a partir das próximas eleições, em 2018.

Para começar, em breve os eleitores poderão se deparar com menos siglas, pois a vida dos partidos pequenos vai ficar mais difícil. De acordo com a Emenda 97, as legendas só terão direito ao dinheiro do Fundo Partidário e ao tempo de rádio e TV se tiverem um desempenho mínimo, cujas exigências crescerão gradativamente até 2030.

## Puxadores de voto

O “efeito Tiririca” também está com os dias contados. Os puxadores de voto — geralmente gente famosa que acaba levando para o Legislativo outros candidatos com votação pífia — não terão vez a partir de 2020, quando ficará proibida a coligação na disputa das vagas para deputados (federais, estaduais e distritais) e vereadores. Para 2018, elas ainda serão permitidas.

Em 2014, sozinho, o deputado federal Tiririca (PR-SP) levou com ele para a Câmara de Deputados outros cinco candidatos, graças a 1 milhão

de votos por ele recebidos. — Essa emenda é uma reivindicação nacional. Medida em busca de mais ética, transparência, justiça e equilíbrio na representação política. Tivemos uma votação unânime, coisa rara aqui — destacou o presidente do Senado, Eunício Oliveira, ao promulgar a norma.

## Independentes

Ainda não será desta vez que o Brasil terá candidatos independentes, como ocorre em outras democracias do mundo. Isso porque a Lei 13.488 continua vedando as candidaturas avulsas.

A norma também mantém a proibição de dinheiro vindo de empresas. Doações, só de pessoa física, assim mesmo com limite de no máximo 10% da renda bruta declarada no ano anterior à eleição.

Já a propaganda eleitoral

pelo rádio e pela TV terá duração menor: serão apenas 35 dias. No passado, já foram 90. Terão participação garantida nos debates no rádio e na televisão os candidatos de partidos com um mínimo de cinco representantes no Congresso.

## Recursos públicos

Outra norma importante aprovada pelo Congresso Nacional em outubro foi a Lei 12.487/2017, que criou o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), que deve ter R\$ 1,7 bilhão para a eleição de 2018.

O dinheiro virá de emendas parlamentares de bancada e da compensação fiscal que era dada às emissoras de rádio e TV pela propaganda partidária em ano não eleitoral. Com isso, a propaganda dos partidos políticos em ano sem eleição fica extinta.



Eleitor encontrará várias novidades ao depositar seu voto em 2018

## O que vai mudar

- ▶ **Cláusula de barreira.** A partir de 2019, só terá direito ao dinheiro do fundo partidário e ao tempo de propaganda no rádio e TV o partido que tiver recebido ao menos 1,5% dos votos válidos nas eleições de 2018 para a Câmara, distribuídos em pelo menos 9 estados, com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada um deles. Se não atingir esse parâmetro, o partido poderá ter acesso se tiver eleito pelo menos nove deputados federais, distribuídos em um mínimo de 9 unidades da Federação. As exigências são gradativas até que, a partir de 2030, só terá direito o partido com um mínimo de 3% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos nove estados, com 2% dos votos válidos em cada um deles. Se não atingir também esse requisito, a legenda poderá ter acesso se tiver eleito pelo menos 15 deputados distribuídos em pelo menos 9 das unidades da Federação.
- ▶ **Fim das coligações.** A partir de 2020, estão proibidas as coligações partidárias nas eleições proporcionais (vereadores e deputados). Em 2018, estão liberadas.
- ▶ **Candidatos avulsos.** A candidatura avulsa segue proibida. Para se candidatar a qualquer cargo eletivo, é preciso estar filiado a um partido político pelo menos seis meses antes do pleito.
- ▶ **Rádio e TV.** O horário durante o segundo turno fica reduzido de dois blocos diários de 20 minutos cada para dois blocos de 10 minutos. Além disso, a exibição só começa na sexta-feira depois do 1º turno. Na TV, os programas vão ao ar às 13h e às 20h30. No rádio, às 7h e ao meio-dia.
- ▶ **Debates.** Emissoras de rádio e TV que fizerem debates serão obrigadas a chamar candidatos dos partidos que tenham ao menos cinco parlamentares no Congresso Nacional. O limite antigo era de nove.
- ▶ **Horário político.** Extinta a propaganda partidária no rádio e TV em ano sem eleições.
- ▶ **Vaquinha virtual.** Os candidatos podem arrecadar dinheiro por meio de financiamentos coletivos, prática conhecida como *crowdfunding*, a partir de 15 de maio do ano eleitoral.
- ▶ **Propaganda na internet.** Está proibida a propaganda eleitoral paga na internet, sob pena de multa que varia de R\$ 5 mil a R\$ 30 mil.
- ▶ **Impulsioneamento de conteúdo.** Partidos e candidatos poderão contratar ferramentas para que suas postagens tenham maior alcance nas redes sociais.
- ▶ **Censura.** Michel Temer vetou artigo que obrigava provedores e redes sociais a retirar da internet, em 24 horas e mesmo sem ordem judicial, qualquer inserção denunciada por ser falsa ou incitar o ódio contra partido ou coligação.
- ▶ **Carros de som.** É permitida a circulação de carros de som e minitransportes como meio de propaganda eleitoral, desde que observado o limite de 80 decibéis.
- ▶ **Bandeiras.** É permitida a propaganda eleitoral por bandeiras nas ruas desde que móveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos.
- ▶ **Adesivos.** É permitido adesivo plástico em automóveis, caminhões, bicicletas, motocicletas e janelas residenciais, desde que não exceda 0,5 m<sup>2</sup>.
- ▶ **Multas.** Multas eleitorais poderão ser parceladas em até 60 vezes.
- ▶ **Tempo de campanha.** A campanha eleitoral durará 45 dias.
- ▶ **Tetos para campanhas.** Passa a haver limite para gastos nas campanhas. Para 2018, o teto para os candidatos a presidente será de R\$ 70 milhões; para governador, de R\$ 2,8 mi a R\$ 21 milhões, conforme o estado; para senador, de R\$ 2,5 milhões a R\$ 5,6 milhões, conforme o estado; para deputado federal, R\$ 2,5 milhões; e para deputados estadual e distrital, R\$ 1 milhão.
- ▶ **Autofinanciamento.** O candidato que tiver recursos suficientes para bancar o custo total de sua campanha poderá fazê-lo. Basta obedecer ao limite de gastos estipulado para cada cargo em disputa.
- ▶ **Doações.** Pessoas físicas podem fazer doações até o limite de 10% dos seus rendimentos brutos no ano anterior à eleição.
- ▶ **Fundo Eleitoral.** Abastecido por emendas parlamentares de bancada e recursos da compensação fiscal que era dada às emissoras de rádio e TV pela propaganda partidária em ano não eleitoral.
- ▶ **Cessão de veículos.** A cessão do carro do candidato, do cônjuge ou de parente até o 3º grau não precisa mais entrar na prestação de contas.

## Comissão tem audiência sobre Lei Kandir hoje no Rio

A Comissão Mista Especial da Lei Kandir vai promover audiência pública hoje, às 10h, no auditório da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O objetivo é debater as alterações na Lei Kandir e seu impacto na situação fiscal do estado. O Rio de Janeiro vem enfrentando grave crise fiscal, com atraso no salário de servidores e poucos recursos para investimento.

Entre os convidados para o debate, estão o secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, Gustavo de Oliveira Barbosa; a secretária-executiva da Associação de Gestores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (GestRio), Ana Paula Vasconcellos; e o presidente da Associação dos Servidores do Controle Interno do Estado do Rio de Janeiro, Thiago Rangel.

O procurador-geral do estado, Leonardo Espíndola, e o presidente da Comissão Especial de Assuntos Tributários da OAB-RJ, Maurício Faro, também estão entre os debatedores.

## Legislação

A comissão mista especial da Lei Kandir foi criada para oferecer propostas de alteração da legislação quanto à compensação da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios por conta da perda de receita decorrente de desoneração do ICMS nas exportações. Autorizada a funcionar até 12 de dezembro deste ano, a comissão mista é presidida pelo deputado José Priante (PMDB-PA) e tem o senador Wellington Fagundes (PR-MT) como relator.

A Lei Kandir (Lei Com-

plementar 87/1996) trata do imposto dos estados e do Distrito Federal nas operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS). A lei pega emprestado o nome de seu autor, o ex-deputado federal Antônio Kandir, que foi ministro do Planejamento entre 1996 e 1998.

Uma das normas da Lei Kandir é a isenção do pagamento de ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços. Como não há garantia para o ressarcimento dos recursos, que acabam negociados anualmente na lei orçamentária, o benefício fiscal tem gerado muita polêmica entre os estados exportadores e a União.

▶ Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

## Em São Paulo, CPI dos Maus-Tratos debate mostra que teve artista nu

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-Tratos fará nesta semana duas audiências públicas com o objetivo de ouvir esclarecimentos sobre a interação de uma criança com um artista nu durante exposição do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM). As audiências acontecem hoje e amanhã, às 9h30, no auditório do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Hoje o debate será feito por juízes, promotores, procuradores e profissionais que atuam na coordenação de apoio operacional da infância e juventude. O objetivo é auxiliar a CPI com informações e procedimentos adotados. Para amanhã, a CPI convidou a

depor, entre outros, o curador do MAM, Felipe Chaimovich; o curador da polêmica exposição *35º Panorama da Arte Brasileira — Brasil por multiplicação*, Luiz Camillo Osorio; e o artista Wagner Schwartz, que ficou nu na presença de uma criança durante sua performance artística.

Nessa mesma audiência, também será tratada a questão indígena envolvendo crianças. O coordenador regional da Regional Litoral Sudeste da Funai, Cristiano Hutter, fará esclarecimentos sobre denúncias que chegaram à CPI.

— São várias atrocidades em nome de uma cultura que precisam ser esclarecidas — destacou Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI.